

TRAVESSIAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: POR UM CAMINHO POLÍTICO

Francisca Natália Silva - IFRN

Ana Lúcia Sarmento Henrique - IFRN

Ilane Ferreira Cavalcante - IFRN

SILVA, Mônica Ribeiro da (Org.). **Ensino Médio Integrado**: Travessias. Campinas: Mercado da Letras, 2013.

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, os debates acerca da Educação Profissional têm ganhado destaque, tornando-se, logo, pauta não somente das discussões acadêmicas, mas também de reformas e programas políticos voltados para atender às especificidades dessa modalidade de ensino que transversaliza os dois níveis de ensino no Brasil.

Vale destacar que a promulgação do Decreto 5.514/04 permitiu outra configuração do Ensino Médio articulado à Educação Profissional, por trazer possibilidades de ofertas nas formas integradas, concomitantes e subsequentes. Além disso, nesse contexto, a pesquisadora Mônica Ribeiro da Silva organizou e lançou em 2013, pela Editora Mercado das Letras, o livro *Ensino Médio Integrado: travessias*. Essa obra encontra-se estruturada em oito capítulos que em seu conjunto consubstanciam e apresentam uma análise dos percursos, condições e da institucionalização da implementação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional.

As autoras Leda Scheibe e Filomena Silva, no primeiro capítulo, intitulado “Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e sua potencialidade para a formação dos estudantes de nível médio: considerações sobre a experiência em Santa Catarina”, discutem a construção política do processo de integração do Ensino Médio à Educação Profissional. Elas partem da adesão do Ensino Médio Integrado em Santa Catarina, tendo como campo empírico a experiência da Escola de

Educação Básica João XXIII, localizada no município de Maravilha/SC. Destacam as dificuldades de construção de um currículo integrado, bem como a necessidade de ampliação de recursos financeiros para suprir as demandas apresentadas nas estruturas físicas e didáticas das escolas.

Consideram a emergência de desencadear uma concepção em que conhecer implique, necessariamente, associar o pensamento à realidade. Dessa maneira, a proposta é apresentada como uma oportunidade de formação profissional e cidadã com base unitária. Definem a proposta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional como representação de um processo educativo intermediário das relações entre trabalho e educação, tendo como eixo principal o comprometimento com a formação da classe trabalhadora. Convém ressaltar que, para as autoras, as políticas públicas da educação brasileira não deixaram de, historicamente, ser criadas e implementadas a partir da necessidade da lógica de mercado. Seria esse o primeiro ponto desse caminho a ser transposto?

No segundo capítulo, “O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no estado do Paraná: desafios na implementação de uma política pública”, as pesquisadoras Acácia Kuenzer e Sandra Garcia sistematizam alguns resultados de um processo investigativo que analisou as possibilidades de implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional no período compreendido entre 2003 e 2006, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEED/DET). Destacaram a perspectiva dos que vivem do trabalho, partindo do pressuposto de que a decisão política de sua implementação requer a análise de fatores materiais e humanos que possibilitem a construção da integração proposta.

Enfatizam que, apesar dos limites da política, esta apresenta-se como um processo de travessia para a construção de uma proposta voltada para a formação humana integral. Defendem o preceito de que se deve construir uma escola que não atenda, apenas, o mercado de trabalho, mas que supere o histórico de dualidade presente na educação, principalmente, no que concerne ao Ensino Médio. Para tanto, sugerem uma política que assegure a participação efetiva dos trabalhadores nas definições e na gestão das propostas, bem como a garantia de financiamento.

Dessa forma, seria garantido o atendimento das necessidades e dos direitos dos que vivem do trabalho.

No terceiro capítulo, Wilson Alves e Andréia Gouveia discutem “O financiamento das políticas para a Educação Profissional no Paraná”. Investigam as relações entre a política de financiamento da educação e a retomada da oferta da Educação Profissional no contexto paranaense. Para os autores, ao pensar um projeto educacional, a vinculação de recursos à educação é condição *sine qua non* para viabilizar o acesso e a permanência como garantia de participação dos cidadãos. Nessa linha de raciocínio, observa-se que os autores enveredam pelas discussões em torno da política de financiamento da Educação Profissional pública, sinalizando que esta encontra-se atrelada às condições materiais, ou seja, aos recursos financeiros que viabilizam formulação, implantação e avaliação dessas políticas.

Nesse escopo, a Educação Profissional para esses autores deve ser tratada como uma política de dimensão social. Para tanto, exige a demanda de uma política de financiamento sistemática, perene, organizada e com recursos correspondentes à função que lhe é atribuída e esperada. Ao analisarem as políticas de financiamento para a Educação Profissional, afirmam existir implicações que envolvem discussões sobre políticas de financiamento e apontam as principais fontes de financiamento da educação, problematizando os orçamentos previstos e executados para a Educação Profissional. Os dados analisados na pesquisa indicam que a Educação Profissional paranaense destina baixo valor aluno/ano, o que trouxe consequências negativas para que a expansão da Educação Profissional tenha sido limitada pela falta de incentivos em relação aos recursos mobilizados para essa modalidade. Seria esse um dos obstáculos à travessia?

No quarto capítulo, Dante Henrique Moura discorre sobre “O Ensino Médio Integrado: perspectivas e limites na visão dos sujeitos envolvidos”. O texto resulta de uma pesquisa que investiga a implementação do Ensino Médio Integrado nos Cursos Técnicos de Nível Médio, em andamento, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a partir de 2005. Analisa a adesão e implantação dos cursos partindo da visão de alunos, professores e

gestores acadêmicos, dando ênfase, principalmente, ao currículo (Projeto Político-Pedagógico e plano de cursos) e à gestão da política.

Para o autor, as ações de implementação do Ensino Médio Integrado, Regular e EJA desencadearam um avanço significativo, contrapondo-se às medidas assumidas nos anos de 1990, notadamente, a separação obrigatória entre Ensino Médio e Educação Profissional, por ato legal (2.208/97). Destaca que os sujeitos da pesquisa enfatizam a aceitação da proposta de integração e relatam práticas que cooperam para a materialização dessa política, ganhando destaque nos discursos a interdisciplinaridade.

Sinaliza, ainda, para o acesso a esse conhecimento, que não garante o efetivo engajamento de todos da forma desejada nas ações educativas, considerando que cada sujeito possui suas singularidades. No que se refere às limitações da proposta, dentre outras razões, destaca-se, segundo o autor, a falta de uma compreensão aprofundada sobre a concepção do Ensino Médio Integrado (EMI). Para tanto, aponta que a concepção de EMI está relacionada, sobretudo, com a emancipação humana. Assim, é necessário evidenciar a importância de conhecer a realidade de maneira crítica, dando condições para tomada de consciência e mudança de atitudes. Nessa perspectiva, será que se pode entender que o caminho para a travessia estaria vinculado às questões tanto políticas quanto econômicas e sociais?

No quinto capítulo, Letícia Saldanha e Rita Oliveira discutem a “Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no contexto da expansão da Educação Profissional no Paraná (2003-2010)”. Nesse recorte histórico, a expansão da Educação Profissional é debatida sob a égide de três eixos: mediante dados coletados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); por meio da formação histórico-econômica e política do Paraná, que aponta aspectos relevantes e determinantes da sua atual conformação socioeconômica; e através da expansão em seus aspectos quantitativos e qualitativos, relacionados aos Arranjos Produtivos Locais (APL).

As autoras supracitadas consideram que a expansão da Educação Profissional no Paraná apresentou limites e contradições que fazem parte do processo. O avanço conquistado pela retomada da oferta na esfera pública e adesão da

concepção de formação humana representa um movimento de transformação na superestrutura. Tal fato é compreensível quando se questiona se no caminho da expansão há um impeditivo que remete ao atendimento das demandas do mercado de trabalho.

Monica Silva e Eloise Colantonio, no sexto capítulo, discutem a “Integração curricular: o que revelam as primeiras iniciativas do Ensino Médio Integrado e suas propostas pedagógicas”, tendo como ponto de partida a análise das Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos, base legal. Outro documento presente no escopo das análises trata-se das Diretrizes Estaduais, que demarcavam as possibilidades de integração curricular, tendo como embasamento a articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia, nas propostas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio Integrado (Administração, Gestão, Informática, Secretariado e Turismo) no Paraná.

Para essas autoras, a apreciação das propostas iniciais para o Ensino Médio Integrado (EMI) na rede estadual do Paraná apontou que os cursos que buscam a formação integral evidenciam que as disciplinas de cunho geral se afastam das específicas, destacando-se dois elementos decisivos: primeiro, pela carga horária superior oferecida às disciplinas de caráter geral e, segundo, pela falta de integração entre teoria e prática. Mais uma vez, os obstáculos políticos normativos se interpõem à travessia.

No sétimo capítulo, Lucas Pelissari discorre sobre “O abandono escolar na Educação Profissional e sua relação com o fetiche da tecnologia: avanços e limites do Ensino Médio Integrado no Paraná”. O estudo investiga os cursos de Ensino Médio Integrado (EMI) ligados à área de tecnologia da Rede Pública Estadual do Paraná, sendo a temática abordada através do prisma da tecnologia. A problemática partiu, no primeiro momento, dos dados quantitativos dos cursos, pois havia uma procura significativa pelas vagas ofertadas e, por outro lado, era calculada uma taxa de evasão superior a 50% das vagas.

Nesse cenário, o autor considera que a perspectiva fetichizada sobre a tecnologia tem relação com os significados imputados pelo mercado de trabalho às questões salariais, desencadeando o interesse dos alunos em procurar os cursos.

Outro elemento apontado como causa da evasão pauta-se na falta de clareza a respeito do curso e dos conteúdos que são estudados na área de atuação, reforçando a realidade fetichizada que impulsiona os jovens a procurarem os cursos. Estaria esse ponto do caminho, chamado tecnologia, sendo tratado como obstáculo à travessia?

No oitavo capítulo, intitulado “Ensino Médio Integrado: a ótica dos jovens sobre os desafios e potencialidades de sua formação profissional”, produzido por Elaine Nascimento e Mário Amorim, são desveladas a Educação Profissional e a formação dos sujeitos tomando como categoria fundamental o trabalho como princípio educativo em uma perspectiva gramsciana. Diante do contexto existente e exposto na pesquisa, não há como negar, conforme os autores, a presença de um ideal de educação que é capaz de desenvolver os princípios da formação integrada e que este ainda se encontra em construção e distante do real.

Sendo assim, entendem que foi a partir da compreensão teórica, política e metodológica acerca da reforma do Ensino Médio e da Educação Profissional que surgiram os três desafios: a organização curricular dos cursos ofertados ainda não superou a dualidade estrutural; a necessidade de superar a visão dualista e estrutural, demandando uma estrutura curricular não engessada, que permita o desenvolvimento de ações integradas no trabalho dos professores e alunos; e a demanda para que sejam feitas alterações nas condições de financiamento das escolas, no que se refere a estrutura de laboratórios, registro de acompanhamento das avaliações e, principalmente, qualificação dos professores.

Por essas interpretações, é preciso continuar refletindo que nessa travessia o caminho percorrido ainda demanda muito espaço político de discussão sobre a normatização da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio. Dessa forma, chegando ao final do caminho, mas sem completar a travessia, é sensato compreender que, com ênfase na Educação Profissional, os autores do livro dialogam com clareza acerca dos aspectos teóricos, metodológicos, políticos, econômicos e sociais da integração entre Educação Profissional e Ensino Médio, contribuindo, dessa forma, para a construção do conhecimento nesse campo.

Interessa-nos frisar que o livro aponta um olhar centrado nas experiências desenvolvidas no estado do Paraná, embora traga uma experiência do Rio Grande

do Norte e outra de Santa Catarina, sendo-nos possível afirmar que é resultado da construção histórica da Educação Profissional nesses estados brasileiros, todavia, é necessário registrar que o Paraná foi o pioneiro na implementação dessa modalidade integrada ao Ensino Médio, mas que é preciso discutir esse tema tendo como lócus outros estados do Brasil.

A leitura do livro *Ensino Médio Integrado: travessias* é indicada para pesquisadores e não pesquisadores do campo educacional, bem como para aqueles que se interessam pelos estudos de Sociologia da Educação, Educação e Sociedade, Trabalho e Educação e Formação Humana, por apresentar uma síntese das discussões desencadeadas no que concerne à integração entre Ensino Médio e Educação Profissional, no Brasil. Ressalta-se que o livro apresenta estudos tanto de cunho bibliográfico quanto empírico, o que fortalece a construção do campo da Educação Profissional, por trazer reflexões que devem ser feitas no sentido de refletir sobre a possibilidade concreta de construir uma educação que permita o enfrentamento das desigualdades sociais, viabilizando uma educação de qualidade para os que vivem do trabalho.

Resenha recebida em: 03/03/2015